



## CÂMARA MUNICIPAL DE MURIAÉ

**PARECER COM EMENDA DA COMISSÃO ESPECIAL DA CÂMARA  
MUNICIPAL DE MURIAÉ/MG, NOS TERMOS DA LEI ORGÂNICA  
MUNICIPAL E DO REGIMENTO INTERNO DESTA CASA LEGISLATIVA**

**Nº do protocolo:** 37.383/2014

**Data:** 07/03/2014

**Parecer de:** 13/03/2014

**Objeto:** "Autoriza o Município de Muriaé a alienar imóveis situados no distrito industrial de Muriaé – Bairro Industrial Prefeito Paulo Carvalho"

**Autor:** Prefeito Municipal de Muriaé



A Comissão de Constituição, Legislação e Justiça e Comissão de Administração Pública da Câmara Municipal de Muriaé/MG, constituída dos Vereadores que subscrevem ao final, no uso de suas atribuições legais e regimentais, notadamente com fundamento no art. 76, VII e II e artigos 160 e 170 do Regimento Interno desta Casa Legislativa e demais disposições constitucionais e legais pertinentes, assim se manifestam:

## **1 QUANTO AO QUORUM EXIGIDO PARA VOTAÇÃO e da TRAMITAÇÃO DA PROJETO DE LEI**

Em seus Arts. 219, 221, 222 e 223 do Regimento Interno da Câmara Municipal de Muriaé/MG dispõe sobre o *quorum* exigido para votação das várias espécies de projetos de lei, daí se concluindo que a matéria apresentada insere-se entre aquelas cujo *quorum* é o estabelecido nos artigos acima.

Lado outro compete ao Prefeito Municipal com autorização da Câmara Municipal de acordo com a Lei Orgânica do Município, estabelecer autorização da cessão e alienação de bens públicos, conforme art. 3ª da Lei Complementar 4626/2013.

Vejamos o estabelecido na Lei Orgânica:

Art. 73 – Compete privativamente à Câmara Municipal:

XXIV – aprovar, previamente, a alienação ou a concessão de bem imóvel público;

## **2 QUANTO AO MÉRITO DO PROJETO**

Como se subtrai da análise do projeto protocolado sob nº 37.383/2014, trata-se de pedido de autorização *do Município de Muriaé a alienar imóveis situados no distrito industrial de Muriaé – Bairro Industrial Prefeito Paulo Carvalho.*

Hely Lopes Meirelles, em sua obra *Direito Administrativo Brasileiro* (, 26 ed., Atualizada, São Paulo, Malheiros, 2001, p. 485/490) conceitua estes instrumentos da seguinte maneira:

*Autorização de uso – é o ato unilateral, discricionário e precário pelo qual a Administração consente na prática de determinada atividade individual incidente sobre um bem público.*

*Permissão de uso – é o ato negocial, unilateral, discricionário e precário através do qual a Administração faculta ao particular a utilização individual de determinado bem público.*

*Cessão de uso – é a transferência gratuita da posse de um bem público de uma entidade ou órgão para outro, a fim de que o cessionário o utilize nas condições estabelecidas no respectivo termo, por tempo certo ou indeterminado.*

*Concessão de uso – é o contrato administrativo pelo qual o Poder Público atribui a utilização exclusiva de um bem de seu domínio a particular, para que o explore segundo sua destinação específica.*

*Concessão de direito real de uso – é o contrato pelo qual a Administração transfere o uso remunerado ou gratuito de terreno público a particular, como direito real resolúvel, para que dele se utilize em fins específicos de urbanização, industrialização, edificação, cultivo ou qualquer outra exploração de interesse social.*

A matéria veiculada neste Projeto de Lei se adequa perfeitamente aos princípios de Competência Legislativa que são assegurados ao Município consoante a regra prevista no artigo 30, inciso I da Constituição Federal e autorizada pela Competência Concorrente entre a União Federal e Municípios prevista no artigo 23, incisos I, II, III, IV, VI e X da Constituição Federal.

Artigo 23 - É competência comum da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios:



I - zelar pela guarda da Constituição, das leis e das instituições democráticas e conservar o patrimônio público;

Artigo 30 - Compete aos Municípios:

I - legislar sobre assuntos de interesse local;

Portanto, o tema tratado nessa propositura não conflita com a Competência Privativa da União Federal (artigo 22 da Constituição Federal) e também não conflita com a Competência Concorrente entre a União Federal, Estados e Distrito Federal (artigo 24 da Constituição Federal).

Ocorre que para aprovação do presente projeto deve ser o mesmo ser emendado, no que tange a prévia avaliação e a prestação de contas a Câmara Municipal de Muriaé.

Assim, deve ser acrescentado a parte em **negrito e sublinhado**, conforme abaixo, passado o art. 2, para o art. 3, em função do acréscimo do art. 2, a saber:

Art. 1º - Fica o Município de Muriaé mediante prévia avaliação, autorizado (...)

**Art. 2º - Fica o Município de Muriaé, obrigado a encaminhar a Câmara Municipal cópia de todo o processo de venda referente aos lotes descritos no art. 1.**

Considerando que o projeto em questão busca o crescimento do Município, com a alienação de terrenos a serem utilizados no distrito industrial, onde trará novos empregos e desenvolvimento, patente esta o interesse da coletividade visado pelo Chefe do Executivo.

### 3 DA CONCLUSÃO FINAL

Considerando todo o exposto, a Comissão de Constituição Legislação e Justiça juntamente com a Comissão de Administração Pública da Câmara Municipal de Muriaé/MG, ao apreciarem o Projeto de Lei de Protocolo nº 37.383 de 07/03/2014, nos termos regimentais e legais e com base em todas as argumentações aqui expendidas, **se MANIFESTAM pela APROVAÇÃO deste projeto, COM AS EMENDAS apresentadas dado ser este CONSTITUCIONAL E LEGAL.**

Este é nosso parecer, salvo melhor juízo.

Do Plenário da Câmara Municipal de Muriaé/MG para apreciação pelos Exmos. Srs. Edis, aos 13 (treze) dias do mês de março de 2.014.



DEVAIL GOMES CORRÊA- PRESIDENTE



ADEMAR CAMERINO - RELATOR



WOLNEY GONÇALVES DE OLIVEIRA - MEMBRO

### MEMBROS DA COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, LEGISLAÇÃO E JUSTIÇA



DEVAIL GOMES CORRÊA - PRESIDENTE



MANOEL TEODORO PEREIRA DE CARVALHO FILHO - RELATOR

  
WOLNEY GONÇALVES DE OLIVEIRA - MEMBRO

**MEMBROS DA COMISSÃO DE ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA**

  
Francisco Carlos de Carvalho Correia  
Procurador Jurídico  
M.A.S. 98.852-0148  
OAB/MG 99693